




CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE  
Comissões Técnicas



## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 63 do Regimento Interno, designo como relator do Projeto de Lei nº24/2019, o Vereador Eduardo Farias para que apresente parecer em até sete dias.

Rio Branco/AC, 09 / 07 de 2019.

  
**Vereador Rodrigo Forneck**  
Presidente da CCJRF

**MANIFESTO CIÊNCIA**  
da relatoria designada acima, em  
09 / 07 /2019.  
  
\_\_\_\_\_  
**Vereador Relator**



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



## PARECER CONJUNTO Nº 26/2019/CCJRF e CSAS

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL conjuntamente com a COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL apreciam o Projeto de Lei nº 24/2019.

**Autoria:** Vereador João Marcos Luz

**Relatoria:** Vereador Eduardo Farias

### I - RELATÓRIO

Trata-se de parecer acerca da legalidade e da constitucionalidade do Projeto de Lei nº 24/2019, que "Institui, no âmbito do Município de Rio Branco, a rede de atenção às pessoas com esquizofrenia e dá outras providências".

Projeto de lei juntado às fls. 02/03 e justificativa às fls. 04/05.

A intenção do projeto é criar uma rede de atenção à pessoa com esquizofrenia para possibilitar sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

A Procuradoria Legislativa emitiu parecer pela inexistência de óbice jurídico para aprovação da matéria.

É o necessário a relatar.

### II - FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que o Projeto de Lei nº 24/2019 se enquadra nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios, de acordo com o que dispõem os arts. 23, II, e 30, I, da CF/88 e o art. 22, I, da Constituição Estadual, por se tratar de matéria de interesse local e que envolve competência comum, de natureza administrativa.

Também não há vício de iniciativa, pois a matéria em questão não se enquadra nas hipóteses de iniciativa privativa previstas na Lei Orgânica, podendo, portanto, ser proposta por qualquer dos legitimados à propositura de leis no âmbito municipal.

Quanto à espécie normativa utilizada, percebe-se que o projeto não versa sobre matérias reservadas às leis complementares (art. 43, § 1º, da Lei Orgânica), podendo ser veiculado por lei ordinária.

A proposição tem como objetivo a implantação de uma rede de atenção às pessoas com esquizofrenia, realizando ações para a defesa e garantia de direitos, proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação psicossocial, inclusão, trabalho e geração de renda (arts. 1º e 2º).

"Valorize a vida, não use drogas"





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



O Projeto de Lei nº 24/2019 não demonstra aptidão para violar qualquer regra ou princípio constitucional nem mesmo àqueles atinentes à legislação infraconstitucional. Pelo contrário, prevê a adoção de medidas para assegurar tratamento adequado e inclusão social às pessoas com esquizofrenia, visando concretizar o direito à saúde previsto no art. 196 da Constituição.

O projeto também vai ao encontro dos direitos e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 10.216/2001:

Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;

II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;

III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;

IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas;

V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;

VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;

VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;

VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;

IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

[...]

Portanto, constata-se a constitucionalidade e legalidade da proposição.

Quanto ao juízo político, entendo que a proposição se reveste da máxima importância, vez que atende ao interesse público. A esquizofrenia não é um distúrbio de múltiplas personalidades, mas sim uma doença crônica, complexa e que exige tratamento por toda a vida. Acomete aproximadamente 1% da população mundial. Razões pelas quais há necessidade na instituição de rede de atenção municipal.

"Valorize a vida, não use drogas"



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



### III - VOTO

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 24/2019.

Submeto aos demais pares.

Rio Branco/AC, 09 de julho de 2019.

  
Vereador Eduardo Farias  
Relator

### TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL - CCJRF PARECER CONJUNTO Nº 26/2019/CCJRF e CSAS

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereador Artêmio Costa Membro Titular	<i>Pe las conclusões</i>	<i>M. Artêmio Costa</i>
Vereador Rodrigo Forneck Membro Titular	<i>Pe las conclusões</i>	<i>Rodrigo Forneck</i>
Vereadora Elzinha Mendonça Membro Titular	<i>Pe las conclusões</i>	<i>Elzinha Mendonça</i>
Vereador N. Lima Membro Titular	<i>Relator</i>	<i>N. Lima</i>
Vereador Célio Gadelha Membro Suplente	_____	_____
Vereador Jakson Ramos Membro Suplente	<i>Pe las conclusões</i>	<i>Jakson Ramos</i>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



**TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL – CSAS**

PARECER CONJUNTO Nº 26/2019/CCJRF e CSAS

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereadora Elzinha Mendonça Membro Titular	<i>pelos conclusões</i>	
Vereadora Lene Petecão Membro Titular	<i>pelos conclusões</i>	<i>sinha Lene</i>
Vereador Raimundo Neném Membro Titular	<i>pelos conclusões</i>	
Vereadora Sandra Asfury Membro Titular	<i>pelos conclusões</i>	<i>sinha Sandra</i>
Vereador Clézio Moreira Membro Suplente	_____	_____
Vereador Jakson Ramos Membro Suplente	<i>pelos conclusões</i>	





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE  
Comissões Técnicas



## CERTIDÃO

Certifico que o Projeto de Lei nº 24/2019 foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final – CCJRJ e na Comissão de Saúde e Assistência Social - CSAS; em reunião conjunta realizada neste dia, presidida pelo Vereador Rodrigo Forneck.

É a verdade que certifico.

Rio Branco/AC, 09 de julho de 2019.

  
**Willian Pollis Mantovani**  
Chefe – Setor de Comissões Técnicas  
Portaria nº 46/2019

## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 79 do Regimento Interno, exaurida a tramitação no âmbito das Comissões Técnicas, remeto o Projeto de Lei nº 24/2019 e seu respectivo parecer conjunto com votos à Mesa Diretora para inclusão na Ordem do Dia.

À Diretoria Legislativa.

Rio Branco/AC, 09 de julho de 2019.

  
**Willian Pollis Mantovani**  
Chefe – Setor de Comissões Técnicas  
Portaria nº 46/2019

ACUSO RECEBIMENTO, em  
09/07/2019.

\_\_\_\_\_  
Diretoria Legislativa